



# Informe UNAFISCO SINDICAL Rio de Janeiro

Boletim nº 79

Rio de Janeiro, 08 de outubro de 2002

Mais uma vitória dos Auditores

## MP 46/02 é aprovada na Câmara dos Deputados com modificações propostas pelo Unafisco

Nos últimos dias, o Unafisco Sindical esperava preparar o terreno para o Trabalho Parlamentar a partir da próxima semana, inclusive iniciando os preparativos para realizar novas caravanas.

No entanto, 17 Medidas Provisórias foram votadas na terça-feira, dia 06/11, e somente por estar alerta o Unafisco conseguiu evitar que a MP 46/02 fosse votada com o texto original. A presença de alguns Auditores-Fiscais da Receita Federal no Congresso Nacional, e de outras categorias de servidores públicos interessadas em outras MPs, trabalhando intensamente junto aos líderes dos partidos, resultou primeiramente em fato inédito: a inversão, por acordo, da ordem de votação. Assim, a MP 46/02 ficou para quarta-feira. Neste intervalo, toda a diretoria da DEN, e mais dois colegas da DS/RJ iniciaram intensas negociações para evitar o texto original.

É importante ressaltar que o PT vinha adotando uma posição homogênea para todas as MPs que estavam trancando a pauta: votar todas sem emendas, transferindo as negociações para o próximo ano, para abrir espaço para matérias de interesse do novo governo, principalmente o orçamento de 2003 e as medidas que alteram a forma de votação de leis do sistema financeiro.

Durante toda a terça-feira, a força-tarefa do Unafisco manteve contato com as lideranças do PT. No início da noite, a deputada Laura Carneiro (PFL) assumiu a mediação de uma tentativa de acordo e conseguiu trazer o deputado Jovair Arantes, relator do MP 46/02, para negociar conjuntamente com Walter Pinheiro, do PT. No entanto, as propostas do relator não contemplavam os Auditores e traziam também propostas inaceitáveis, principalmente em relação às atribuições. Quando as negociações

pareciam avançar para uma proposta consensual, o líder do PT, João Paulo Cunha, ratificou aos parlamentares a intenção do partido de votar a MP original. Isso caiu como uma ducha de água fria no ânimo dos parlamentares que participavam da negociação. Todos se retiraram e o Unafisco se reuniu com o líder do PT por volta das 21:00h. Nesta reunião, o Unafisco deixou claro que não aceitaria a votação da MP 46/02 sem a inclusão de alguns pontos: a paridade entre ativos e aposentados, a recomposição do salário inicial e a avaliação individual, considerando que a MP original era inaceitável nos termos em que foi apresentada pelo governo FHC. Os argumentos do líder eram de que a partir de janeiro se faria uma negociação muito mais ampla, abordando não apenas as MPs, mas todo o desmonte da Receita Federal nos últimos anos e as reivindicações da categoria. No entanto, o Unafisco argumentou que o PT não podia iniciar o governo tratando de forma igual os desiguais. Neste momento, foram lembradas a João Paulo todas as lutas de resistência dos AFRF contra o desmonte da Receita Federal nos últimos anos, a greve, as caravanas e os atos públicos realizados no Congresso Nacional. A força-tarefa jogou todo o peso das mobilizações recentes e conseguiu balançar o líder do PT. Mais tarde, saberíamos que naquela noite um telefonema posterior entre João Paulo e o deputado Walter Pinheiro começaria a mudar a história.

No dia seguinte, logo cedo, o deputado José Dirceu já apontava o caminho: podemos ter alguma exceção. Alguns petistas foram sensíveis ao argumento de que o impacto na folha de pagamento — recomposição do salário inicial e paridade — seria facilmente

### Campanha contra a Fome

A DS/RJ deve engajar-se na campanha contra fome, unindo-se ao esforço anunciado pelo presidente eleito e prosseguindo com sua militância nesta área tão sensível, com a criação dos comitês contra a Ação da Cidadania, do Betinho. Nos próximos dias, informaremos como participar.

### É festa

A DS/RJ já iniciou os preparativos para a festa do final de ano dos AFRF. Como no ano passado, a festa será no Clube Ginástico e o sistema também será o mesmo. O convite custará R\$ 20,00 e estará disponível em breve.

### Campanha de Natal do Estrelas do Amanhã

A DS/RJ recolherá nos próximos dois meses donativos para o Natal das crianças atendidas pelo projeto Estrelas do Amanhã. Os presentes podem ser livros, brinquedos ou roupas. A DS/RJ vai colocar uma “sacola de Papai Noel” na entrada para que os colegas tragam os presentes.

**Seguro de Automóveis: veja em nosso site as corretoras conveniadas ao Unafisco Sindical/RJ**

compensado com arrecadação, visto que a categoria motivada produz melhor. Neste meio tempo, várias versões do relatório circulavam informalmente pelo Congresso, mas ninguém, nem os partidos, tinha conhecimento do teor exato. Para uns, os técnicos teriam até 30% de aumento. Outra versão traria listas de atribuições para auditores e técnicos. Outra criava a carreira de Analista da Receita Federal, nova designação e função dos técnicos. E assim por diante.

As negociações prosseguiram por toda a tarde. A esta altura, o PSDB, que através de seu líder, Arnaldo Madeira, tinha declarado que acompanharia o PT, recuou. Vendo que o PT tendia a atender algumas reivindicações, e não teria o desgaste que imaginavam, disse que não votaria a favor da paridade, zerando o jogo. Por volta das 17:00h, parecia que não haveria acordo e voltou a circular a proposta de votar o texto original. Nova rodada de negociações foi iniciada. Ao mesmo tempo, chegava a Brasília o deputado Miro Teixeira, que recebeu o grupo dos Auditores-Fiscais em seu gabinete. Miro fechou acordo com o PSB e mandou avisar aos líderes do PT que, caso houvesse insistência em votar o texto original, o PDT e o PSB apresentariam emendas em plenário e iriam obrigar o PT a assumir uma postura contrária aos servidores. O PT balançou e decidiu encaminhar as propostas do Unafisco, fechando um acordo com o PSDB neste sentido. Começou a votação. Enquanto se discutia, Jovair Arantes começou a ler o seu relatório. A deputada Laura Carneiro ameaçou que o PFL votaria contra o relatório e a própria MP, porque não conhecia o seu teor com antecedência, abortando a manobra do relator. A mesa da Câmara então concedeu 20 minutos para que os políticos lessem o documento. Neste momento, o grupo de Auditores funcionou como força-tarefa mesmo. O deputado Crescêncio, que substituiu o deputado Roberto Pessoa, levou uma cópia para fora do plenário, onde Olavo, Pedro e outros procuravam “pegadinhas” no relatório. Dentro do plenário, além dos deputados, Paulo Gil, Fátima Gondim e outros se comunicavam por celular com “os de fora”. Ao mesmo tempo em que concluíam que o relatório era favorável aos Auditores-Fiscais da Receita Federal, a votação era concluída, finalmente, por unanimidade. A força-tarefa pôde, então, festejar.

### UM NOVO EXECUTIVO

Os Auditores-Fiscais que estiveram em Brasília trouxeram suas impressões de como serão as negociações com o novo governo, que, na prática, já atua como tal nas matérias do Congresso neste fim de ano. Para eles, serão negociações duras, mas com uma grande diferença: estão abertos ao diálogo. Nos últimos oito anos, o Unafisco Sindical nunca teve com quem conversar no Executivo. “Fomos ouvidos”, este era o sentimento geral. E mais, mesmo num momento muito delicado, foram sensíveis aos argumentos. Agora, também ficou muito claro que para obter conquistas junto ao próximo governo, os servidores terão que elaborar muito bem seus propósitos e fundamentá-los. *Não basta ser servidor, tem que ter conteúdo*, talvez seja um lema adequado. A redação final da MP 46/02, pode-se dizer, saiu das negociações diretas com o Unafisco Sindical. Um diretor, já na assembleia, lembrava que os AFRF não desistiram nunca, se expuseram, viajaram seguidas vezes e mereceram a deferência de ter a única MP que alcançou modificações em todas as mais de 20 que foram votadas nos últimos dois dias.

A versão final que foi negociada não contempla todas as reivindicações da categoria, mas isso faz parte da arte de negociar, o que implica também saber a hora de ceder. Das seis principais reivindicações, foram atendidas: a paridade entre ativos e aposentados; a recomposição do salário inicial da carreira; o pagamento da parte institucional da GDAT pelo maior vencimento e a transposição isonômica da tabela em relação aos Auditores-Fiscais da Previdência e do Trabalho. Não foram contempladas agora: a supressão do parágrafo que atribui ao Poder Executivo a prerrogativa de alterar atribuições dos AFRF; a avaliação individual.

A transposição isonômica, incluída na MP 71, ainda não está clara em seu texto em relação aos colegas do concurso de 1998, mas a interpretação do Unafisco é de que o direito está garantido. No entanto, o Unafisco tomou o cuidado de apresentar uma emenda a MP 71, a ser votada em breve, em que garante este direito a estes colegas e outra ainda, que reivindica a retroatividade a junho de 1999. A não inclusão do fim da avaliação individual no texto final da votação, segundo fontes no Congresso, teve a interferência direta do Secretário da Receita Federal, que emperrou a negociação. Nenhum Auditor ilude-se com o Informe-se do dia 07/11 em que o Secretário atribui a si a vitória das reivindicações dos Auditores, como se ao lado deles estivesse.

O Unafisco Sindical obteve ainda a garantia do deputado Walter Pinheiro de que as negociações mais amplas sobre as questões da Receita Federal começarão em janeiro e que ele mesmo será o designado pelo PT para tratar dos assuntos, inclusive da reversão das Instruções Normativas editadas pelo atual governo que dificultam a fiscalização.

### AGORA É A MP 71

O Unafisco Sindical elaborou cinco emendas que foram apresentadas ao texto da MP 71, que pode ser votada nas próximas semanas. Duas referem-se a isonomia dos AFRF que chegaram no concurso de 1998, conforme dissemos. As demais procuram corrigir distorções no projeto que dá autonomia administrativa e financeira à Receita Federal. Durante a assembleia, os diretores da DS/RJ revelaram certa tranquilidade em relação a esta MP, exceto pela questão da separação das fontes pagadoras de ativos e aposentados. Os primeiros ficariam no FUNDAF e os aposentados continuariam a receber pelo Tesouro Nacional. Segundo a Receita Federal, esta decisão saiu do MPOG, que decidiu unificar a fonte pagadora de todos os aposentados da União em uma só. O Unafisco ainda está estudando as conseqüências da MP 71, mas acredita que são baixos os riscos de autarquia pelo Governo Lula e que, por isso, há tempo para trabalhar com calma. O maior temor da autonomia era justamente que, na hipótese de José Serra vencer as eleições, a MP 71 servisse de alavanca para a autarquia. Mas esse medo, a princípio, não faz mais sentido com a vitória do PT.

Segundo informações obtidas durante a assembleia do dia 07/11, o deputado Walter Pinheiro fez um pronunciamento no plenário da Câmara rendendo homenagens aos Auditores-Fiscais por suas posturas na resistência contra o desmonte do serviço público. Apesar de não ter acesso ao teor, o sentido é de que sem a resistência dos Auditores, a destruição teria sido muito pior e que esta categoria será uma das mais importantes também para a reconstrução do Estado brasileiro. Futuramente, a DS/RJ estará disponibilizando a todos a íntegra do discurso.